

to-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, é nomeado director-geral da DGSP, em comissão de serviço, o licenciado Rui José Simões Bayão de Sá Gomes, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções, como evidência o respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Rui José Simões Bayão de Sá Gomes;
Naturalidade — Lisboa;
Data de nascimento — 25 de Janeiro de 1960;
Estado civil — casado.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em 1988;
Curso de mestrado em Direito, na menção Ciências Jurídicas, da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (parte escolar).

3 — Situação profissional actual — director-geral dos Serviços Prisionais, desde 1 de Agosto de 2006.

4 — Actividade profissional:

Desde 1 de Agosto de 2006, director-geral dos Serviços Prisionais; Director de serviços do Serviço de Informações de Segurança, da Presidência do Conselho de Ministros (1997-2006);

Assessor jurídico do Provedor de Justiça, nas áreas de assuntos judiciais e penitenciários, defesa nacional, segurança interna, trânsito e registos e notariado (1995-1997).

5 — Representações:

Representante do SIS no Instituto da Droga e Toxicodependência, anterior IPDT (1998-2006);

Representante do SIS na Autoridade Nacional para a Proibição de Armas Químicas (ANPAQ), no âmbito da Convention Organization for Prohibition of Quimical Weapons;

Representante do SIS no Grupo Multidisciplinar da Proliferation Security Initiative (PSI).

6 — Actividade docente/conferências:

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito e de Gestão de Empresas na Universidade Lusíada, em Lisboa (1989-2006);

Docente do curso de pós-graduação em Criminologia da Universidade Lusíada, em Lisboa (2003-2006);

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito da Universidade Internacional, em Lisboa (1989-1997);

Regente de diversas disciplinas do curso de Direito, na Universidade de Direito da Guiné-Bissau, ao abrigo de protocolo existente entre o Governo Português e a República da Guiné-Bissau (1994);

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989-1995);

Regente das disciplinas de Direito Processual Penal e de Direito Penal na Academia Militar, em Lisboa;

Palestras e diversos cursos de formação na área do Direito Penal, teoria geral das informações e outros (1999-2005);

«O tráfico de armas em Portugal», conferência organizada pela Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP).

7 — Publicações:

As Prisões em Portugal, relatório do Provedor de Justiça, 1996 (co-autoria);

Introdução ao Estudo do Direito, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1987-1988 (co-autoria);

Lições de Direito Processual Penal, Prof.ª Tereza Beleza (co-autoria);

Breves Notas sobre o Cumprimento Defeituoso no Contrato de Empregada, edição da Coimbra Editora;

A Adopção, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1994;

«Criminalidade grupal», artigo publicado no livro *Informações e Segurança Interna*, edição da Coimbra Editora, 1998;

Em fase de publicação: *O Segredo de Justiça — Uma Perspectiva de Reforma*.

Despacho n.º 11 525/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a conseqüente redistribuição de competências e atribuições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, concretiza-se a reestruturação da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN), que passa a integrar a administração indirecta do Estado, sob a designação de Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.).

Neste contexto afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente do IRN, I. P., processo que ora se inicia com a nomeação do seu dirigente máximo.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 17.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, conjugada com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 18.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de Abril, é nomeado presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., em comissão de serviço, o licenciado António Luís Pereira Figueiredo, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Síntese curricular

Nome — António Luís Pereira Figueiredo.

Naturalidade — São João da Pesqueira.

Formação académica — licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Formação complementar — participação em diversos cursos nas áreas comportamental, gestão e avaliação de desempenho.

Situação actual — conservador do Registro Comercial de Cascais a exercer em comissão de serviço as funções de Director-Geral dos Registos e do Notariado.

Experiência profissional:

Jurista contratado no Serviço de Justiça do Quartel-General da Região Militar do Centro;

Exerceu advocacia no Conselho Distrital de Coimbra;

Adjunto do conservador nas Conservatórias dos Registos Civil de Montemor-o-Velho, Civil e Predial de Penacova, Predial de Soure e Predial de Coimbra;

Notário e conservador dos Registos Civil e Predial de Fronteira; Chefe de Divisão dos Serviços Administrativos e Financeiros, e notário privativo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Conservador dos Registos Civil e Predial de Oliveira do Hospital, Predial de Leiria, Civil e Predial da Lousã, Comercial e Automóveis de Coimbra;

Participou em diversas conferências em Portugal e no estrangeiro, designadamente Espanha, Brasil e Cabo Verde;

Leccionou variadas acções de formação a oficiais dos registos e do notariado, em matéria dos registos predial e comercial e a candidatos à advocacia no Conselho Distrital de Coimbra, no âmbito do respectivo estágio de formação, em matéria de contratos, registo e notariado.

Docente convidado:

Centro de Estudos Notariais e Registais da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no curso de pós-graduação em Direito Notarial e Registral;

Instituto Superior Bissaya Barreto, no curso de ingresso para as Profissões Forenses em Registos e Notariado.

Despacho n.º 11 526/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, determinou, para além da criação, aperfeiçoamento e clarificação de novos instrumentos orgânicos de desenvolvimento da política de justiça, a extinção de diversos órgãos e estruturas e a conseqüente redistribuição de competências e atri-

buições, para além de uma diminuição significativa do número de cargos dirigentes.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril, e em consonância com os princípios subjacentes ao PRACE, concretiza-se a integração no Ministério da Justiça do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI, I. P.), organismo responsável pela promoção da protecção da propriedade industrial, a nível nacional e internacional.

Neste contexto, afigura-se imperativo proceder à nomeação da nova equipa dirigente do INPI, I. P., mediante a designação dos membros do respectivo conselho directivo.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, nos artigos 21.º, 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril, são nomeados para o conselho directivo do INPI, I. P., as seguintes individualidades:

Presidente — Mestre António-Serge de Pinho Campinos.

Vogais:

Licenciada Maria Leonor Mendes da Trindade.

Licenciado Jorge Alberto Rodrigues Alvim.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício dos cargos, como atestam os currículos dos membros ora nomeados, objecto de publicação em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

António-Serge de Pinho Campinos.

Data de nascimento — 24 de Outubro de 1968.

Naturalidade — Poitiers, França.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias:

1987-1991 — licenciatura em Direito concedida pela Universidade de Montpellier, França;

1992-1993 — pós-graduação em Estudos Superiores Europeus obtida no Centro Europeu Universitário (Universidade de Direito de Nancy, França);

1993-1994 — mestrado em Direito Público obtido na Universidade de Direito de Montpellier;

1995 — licenciatura em Direito conferida pela Universidade Clássica de Lisboa (diploma de equivalência);

2004 — seminário de alta direcção do Instituto Nacional de Administração.

Actividades desempenhadas:

1993 — Tribunal de 1.ª Instância das Comunidades Europeias (Gabinete do Presidente);

1995 — jurista na CGD/Caixa Geral de Aposentações;

1998 — adjunto do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, com particular responsabilidade na área da elaboração de diplomas legislativos (leis orgânicas, Código da Propriedade Industrial);

2000 — director de Marcas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. No âmbito destas funções, participação em várias negociações internacionais em representação do Estado Português junto da Comissão Europeia e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual;

2003 — Comissão de Protecção dos Direitos do UEFA Euro 2004;

2005 — presidente do conselho de administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial;

Membro do conselho de administração da Organização Europeia de Patentes;

Membro do conselho de administração do Instituto de Harmonização do Mercado Interno;

Representante de Portugal nas assembleias gerais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual;

2005 — presidente do grupo de trabalho sobre o desenvolvimento jurídico do sistema de Madrid (OMPI).

Línguas:

Português (falado e escrito);

Francês (falado e escrito);

Inglês (falado e escrito);

Espanhol (falado e escrito);

Italiano (falado).

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Maria Leonor Mendes da Trindade;

Data de nascimento — 3 de Setembro de 1958;

Naturalidade — Castelo Novo, Fundão, Portugal;

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias:

1976-1981 — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa;

2004 — seminário de alta direcção do Instituto Nacional de administração.

Actividades desempenhadas:

1981 — professora do ensino secundário;

1984 — técnica superior do GEP — Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia;

1990 — chefe de divisão do GEP;

1993 — directora de serviços do Gabinete de Estudos e Planeamento e coordenadora da equipa do Ministério da Indústria que assegurou a execução de programas de apoio às infra-estruturas de base e tecnológicas no âmbito PEDIP e PEDIP II;

1995 — adjunta do Ministro da Presidência do XIII Governo Constitucional;

1996 — directora-geral do Turismo;

1998 — presidente da comissão instaladora da Agência para a Energia e presidente do conselho de administração do Centro para a Conservação de Energia;

2000 — vogal do conselho de administração do INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial e membro do conselho directivo do IFEA — Instituto de Formação Empresarial Avançada.

Línguas:

Português (falado e escrito);

Francês (falado e escrito);

Inglês (falado e escrito);

Espanhol (falado).

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Jorge Alberto Rodrigues Alvim;

Data de nascimento — 12 de Dezembro de 1946;

Naturalidade — São Tiago, Armamar;

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias:

1966-1971 — licenciatura em Engenharia Electrotécnica (Electrónica e Telecomunicações) pela Universidade de Lourenço Marques, Moçambique;

2004 — seminário de alta direcção do Instituto Nacional de Administração.

Actividades desempenhadas:

1971-1973 — engenheiro nos Caminhos de Ferro de Moçambique;

1973-1975 — serviço militar na RMM;

1975-1977 — engenheiro e, depois, adjunto e chefe de serviços nos Caminhos de Ferro de Moçambique (Sinalização e Comunicações);

1978-1984 — técnico superior no INPI. Experiência em exame, gestão de DPI e procedimento, legislação de PI;

1984-1988 — chefe de divisão de Patentes;

1988-1999 — director de serviços de Patentes (até 1993) e de Marcas. 1.º Projecto do SI-INPI e Pesquisa Fonética de Marcas;

1999-2005 — director de Informática. 2.º Projecto do SI-INPI, Gestão Documental e Workflow; portal do INPI (1.ª fase);

2005 — director de Sistemas e Qualidade no INPI. 1.º Prémio Boas Práticas no Sector Público; certificação ISO 9001; portal do INPI

(2.ª fase, pesquisas *online*, registo *online*).

Conhecimento de línguas — português, inglês, francês (falado e escrito, fluentes) espanhol (falado e escrito).

Outros — participação em vários grupos de trabalho e reuniões internacionais na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (PCPI, SCIT, CIP), na Organização Europeia de Patentes (WPTI, EPOLINE, EQS) e no Instituto de Harmonização do Mercado Interno.

Despacho n.º 11 527/2007

A publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE),